

A atuação e importância do nutricionista no âmbito da saúde pública**Nutritionist's role and importance in public health**

DOI:10.34117/bjdv5n10-042

Recebimento dos originais: 10/09/2019

Aceitação para publicação: 03/10/2019

Dayane de Melo Barros

Estudante de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Bioquímica e Fisiologia
Instituição: Universidade Federal de Pernambuco
Endereço: Av. Prof. Moraes Rego, 1235 - Cidade Universitária, Recife - PE, Brasil
E-mail: dayane.mb@hotmail.com

Marcela de Albuquerque Melo

Estudante de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Nutrição
Instituição: Universidade Federal de Pernambuco
Endereço: Av. Prof. Moraes Rego, 1235 - Cidade Universitária, Recife - PE, Brasil
E-mail: marcela2803@hotmail.com

Maria Heloisa Moura de Oliveira

Estudante de Bacharelado em Nutrição
Instituição: Centro Acadêmico de Vitória, Universidade Federal de Pernambuco
Endereço: R. Alto do Reservatório - Alto José Leal, Vitória de Santo Antão - PE, Brasil
E-mail: hmloisamoura98@hotmail.com

Merielly Saeli de Santana

Estudante de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciência e Tecnologia de Alimentos
Instituição: Universidade Federal Rural de Pernambuco
Endereço: Rua Dom Manuel de Medeiros, s/n - Dois Irmãos, Recife - PE, Brasil
E-mail: santana.meri10@gmail.com

Laryssa Rebeca de Souza Melo

Estudante de Bacharelado em Nutrição
Instituição: Centro Acadêmico de Vitória, Universidade Federal de Pernambuco
Endereço: R. Alto do Reservatório - Alto José Leal, Vitória de Santo Antão - PE, Brasil
E-mail: laryssarebeca18@gmail.com

Thiago da Silva Freitas

Licenciado em Ciências Biológicas
Instituição: Universidade de Pernambuco
Endereço: Av. Gov. Agamenon Magalhães - Santo Amaro, Recife - PE, Brasil
E-mail: thiago-25@hotmail.com

Normanda Pereira da Silva

Estudante de Bacharelado em Nutrição
Instituição: Centro Acadêmico de Vitória, Universidade Federal de Pernambuco
Endereço: R. Alto do Reservatório - Alto José Leal, Vitória de Santo Antão - PE, Brasil
E-mail: normandapereira.s@gmail.com

Estefany Karolayne dos Santos Machado

Bacharel em Nutrição

Instituição: Centro Acadêmico de Vitória, Universidade Federal de Pernambuco

Endereço: R. Alto do Reservatório - Alto José Leal, Vitória de Santo Antão - PE, Brasil

E-mail: estefany_karolayne@hotmail.com

Marllyn Marques da Silva

Estudante de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Biotecnologia – Rede Nordeste de Biotecnologia

Instituição: Universidade Federal Rural de Pernambuco

Endereço: Rua Dom Manuel de Medeiros, s/n - Dois Irmãos, Recife - PE, Brasil

E-mail: marllynmsilva@yahoo.com.br

Maria Edilza Mendonça dos Santos

Estudante de Bacharelado em Nutrição

Instituição: Centro Acadêmico de Vitória, Universidade Federal de Pernambuco

Endereço: R. Alto do Reservatório - Alto José Leal, Vitória de Santo Antão - PE, Brasil

E-mail: m.edilza.santos@gmail.com

Secineide Santana de Carvalho

Estudante de Bacharelado em Nutrição

Instituição: Centro Acadêmico de Vitória, Universidade Federal de Pernambuco

Endereço: R. Alto do Reservatório - Alto José Leal, Vitória de Santo Antão - PE, Brasil

E-mail: secicarvalho@hotmail.com

José Hélio Luna da Silva

Bacharel em Nutrição

Instituição: Centro Acadêmico de Vitória, Universidade Federal de Pernambuco

Endereço: R. Alto do Reservatório - Alto José Leal, Vitória de Santo Antão - PE, Brasil

E-mail: helio_biologia@hotmail.com

Priscilla Gregorio de Oliveira

Mestre em Saúde Humana e Meio Ambiente

Instituição: Centro Acadêmico de Vitória, Universidade Federal de Pernambuco

Endereço: R. Alto do Reservatório - Alto José Leal, Vitória de Santo Antão - PE, Brasil

E-mail: priscillagregorio.nutricionista@outlook.com

Tamiris Alves Rocha

Doutora em Ciências Biológicas

Instituição: Universidade Federal de Pernambuco

Endereço: Av. Prof. Moraes Rego, 1235 - Cidade Universitária, Recife - PE, Brasil

E-mail: tamialvesinsl@gmail.com

Silvio Assis de Oliveira Ferreira

Estudante de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Bioquímica e Fisiologia

Instituição: Universidade Federal de Pernambuco

Endereço: Av. Prof. Moraes Rego, 1235 - Cidade Universitária, Recife - PE, Brasil

E-mail: assis_silvio@yahoo.com.br

Danielle Feijó de Moura

Estudante de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Biológicas

Instituição: Universidade Federal de Pernambuco

Endereço: Av. Prof. Moraes Rego, 1235 - Cidade Universitária, Recife - PE, Brasil

E-mail: danielle.feijo@hotmail.com

RESUMO

A atuação do nutricionista no âmbito da saúde pública é de considerável importância devido as suas ações de promoção a saúde através de diversos recursos, assim como ações de prevenção de doenças. Desta forma, a revisão sistemática objetivou identificar evidências disponíveis na literatura acerca da atuação e importância do nutricionista no âmbito da saúde pública. A busca bibliográfica se deu através da pesquisa nas bases de dados *Scielo* e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), sites institucionais e livros. A dimensão temporal considerada das publicações foi entre 1993 e 2018. Foram excluídos os achados científicos que não estavam de acordo com a abordagem proposta. O profissional da área de nutrição pode realizar funções relacionadas à nutrição e alimentação da população no setor público através de diversas áreas de atuação, como, Conselho Federal e Regional de Nutrição, fiscalização sanitária, gestão em programas de alimentação e nutrição e Estratégia Saúde da Família (ESF). Diante disso, as ações de alimentação e nutrição na saúde pública, por meio da atuação do nutricionista, são destacáveis e necessárias para a população devido aos diversos benefícios proporcionados pelas mesmas.

Palavras-chave: funções, nutrição, revisão, saúde, setor público.

ABSTRACT

The role of nutritionists in public health is of considerable importance due to their health promotion actions through various resources, as well as disease prevention actions. Thus, the systematic review aimed to identify evidence available in the literature about the role and importance of nutritionists in the public health. The bibliographic search was done by searching the databases *Scielo* and Virtual Health Library (VHL), institutional websites and books. The temporal dimension considered of the publications was between 1993 and 2018. Scientific findings that did not agree with the proposed approach were excluded. The nutrition professional can perform functions related to nutrition and food of the population in the public sector through various areas, such as Federal and Regional Council of Nutrition, health surveillance, management of food and nutrition programs and Family Health Strategy (FHS). Given this, the actions of food and nutrition in public health, through the performance of nutritionists, are detachable and necessary for the population due to the various benefits provided by them.

Key words: functions, nutrition, review, health, public sector.

1 INTRODUÇÃO

O Sistema Único de Saúde (SUS) é um dos maiores e mais complexos sistemas de saúde pública do mundo, abrangendo desde o simples atendimento para avaliação da pressão arterial, por meio da Atenção Básica, até o transplante de órgãos, garantindo acesso integral, universal e gratuito para toda a população do país. A atenção integral à saúde, e não somente aos cuidados assistenciais, passou a ser um direito de todos os

brasileiros, desde a gestação e por toda a vida, enfatizando a saúde com qualidade de vida, visando à prevenção e a promoção da saúde (BRASIL, 2019).

Nos últimos cinquenta anos, o Brasil vem experimentando mudanças políticas, socioeconômicas, tecnológicas e demográficas que repercutem principalmente em transformações nas relações de trabalho, na composição das famílias e organização dos serviços de saúde. As mudanças mais relevantes ocorreram na forma de produzir, comercializar, preparar e consumir os alimentos (BRASIL, 2008). Estas, por sua vez, geraram como consequências alterações significativas no perfil do consumo alimentar e de vida da população, os quais vêm sendo analisados sob o enfoque dos processos de transição demográfica, epidemiológica e nutricional (SILVA et al., 2013).

A rápida transição demográfica é caracterizada no país pela redução da taxa de fecundidade e o envelhecimento da população brasileira, refletindo em indicadores positivos de melhora na expectativa de vida da população (BATISTA FILHO, 2003; SCHRAMM et al., 2004). De acordo com Cesse (2007) a transição epidemiológica se expressa pela redução das doenças transmissíveis, com aumento concomitante das Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT). Enquanto que, a transição nutricional é determinada, frequentemente, por mudanças no padrão de consumo alimentar correlacionadas com mudanças sociais, demográficas e epidemiológicas. Ao mesmo tempo em que se assiste à redução contínua dos casos de desnutrição, são observadas prevalências crescentes de excesso de peso, contribuindo com o aumento das DCNT. Entretanto, no país, a transição nutricional chama a atenção para um intrigante paradoxo: a concomitância das carências nutricionais, sobretudo a anemia por deficiência de ferro e obesidade nos mesmos cenários e grupos populacionais (BRASIL, 2006; COUTINHO, CHAVES e TORAL, 2008).

Diante desta perspectiva, nota-se a importância do nutricionista, o qual promove a saúde através de pesquisas, programas, atendimento em nutrição ou em conjunto com profissionais de outras áreas. O setor público tem requisitado muitos destes profissionais para várias funções, tais como: conselheiros de saúde, fiscais sanitários, gestores de programas governamentais e Estratégia Saúde da Família (TOLOZA, 2003; MOREIRA, 2010; RASBRAN, 2013; BORELLI et al., 2015).

Logo, pode-se compreender que a alimentação e nutrição como área prioritária para as políticas saudáveis incluindo a segurança alimentar e nutricional. Para isso, a atuação do nutricionista e as ações de alimentação e nutrição na atenção à saúde são destacáveis e necessárias (TADEI et al., 2011). O objetivo deste estudo foi identificar evidências

disponíveis na literatura sobre a atuação e importância do nutricionista no âmbito da saúde pública.

2 METODOLOGIA

Trata-se de um estudo de revisão sistemática da literatura. O levantamento bibliográfico foi realizado por meio das bases de dados *Scielo* e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), sites institucionais e livros entre os anos de 1993 e 2018. Para o levantamento de dados foram utilizados os descritores: nutricionista, conselho de saúde, fiscalização sanitária, gestão e Estratégia Saúde da Família. Foram excluídos os achados científicos que não estavam de acordo com a abordagem proposta.

3 RESULTADOS

3.1 Nutricionista/Conselho Federal e Regional de Nutrição

Enquanto profissional de saúde, o papel do nutricionista se estende em diversas funções relacionadas à nutrição e alimentação da população, desde seu início essa profissão vem passando por diversas transformações configurando assim o mercado de trabalho, que antes era caracterizado pelas competências mais tradicionais da profissão e hoje se estendem em outras áreas, constituindo um grande desafio profissional. O surgimento de novas áreas de atuação para o profissional nutricionista é determinado por diversos fatores, tais como, mudanças estruturais e transição alimentar e nutricional a concepção de alimentação como direito humano, os quais requerem abordagens diferenciadas desse profissional (TOLOZA, 2003).

Para definição e regulamentação dessa profissão, existe o Conselho Federal de Nutrição (CFN) e o Conselho Regional de Nutrição (CRN) os quais surgiram através da mobilização de profissionais, estudantes e grupos de nutrição, constituindo um marco para toda a classe que apresenta um órgão regulamentador responsável por disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão em todo o território brasileiro. O CFN é composto por: um Plenário que funciona como um órgão deliberativo, uma diretoria que coordena e gere, uma comissão permanente, responsável pela tomada de contas, ética, fiscalização, formação profissional, comunicação e licitação (órgãos de orientação, disciplina, apoio e assessoramento), as comissões especiais, transitórias e grupos de trabalhos e as câmaras técnicas. O plenário é constituído por nove conselheiros efetivos e o mesmo número de suplentes, eleitos por três

anos. A diretoria (presidente, vice-presidente, secretário e tesoureiro) é selecionada anualmente entre os integrantes efetivos do plenário (BRASIL, 2005).

Tanto o Conselho Federal quanto o Regional de nutrição têm como objetivo contribuir para a garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável, normatizando e disciplinando o exercício profissional do Nutricionista e do Técnico em Nutrição e Dietética, para uma prática pautada na ética e comprometimento com a Segurança Alimentar e Nutricional, em benefício da sociedade (BRASIL, 2005). As conquistas que a classe de nutricionistas conquistou ao longo dos anos é notória, porém, os nutricionistas devem estar preparados para os novos desafios que surgirão com o avanço da globalização e que irão propor um novo perfil para a profissão (TOLOZA, 2003).

3.2 Nutricionista/Fiscalização Sanitária

O padrão de consumo alimentar das pessoas em todo o mundo vem passando por mudanças, resultado de transformações socioeconômicas e alterações no estilo de vida, decorrentes do desenvolvimento das populações, cidades e crescimento urbano. Mudanças nos padrões de vida e nos comportamentos alimentares foram promovidas com o processo de urbanização, envolvendo principalmente o aumento da ingestão de calorias e o crescimento no hábito de realizar refeições fora de casa, caracterizado por ser uma alternativa fácil, rápida, acessível e com preços e opções de comida variadas, seguindo os ritmos estabelecidos pelas atividades cotidianas. (TARDIDO e FALCÃO, 2006; MOREIRA, 2010).

Nesse contexto, é necessário que os alimentos ofertados se encontrem em estado adequado para o consumo. Os efeitos mais significativos da segurança alimentar estão ligados ao nível da saúde dos consumidores. Porém, os episódios de surgimento de Doenças Veiculadas por Alimentos (DVA) podem gerar consequências não só no que tange a saúde pública, mas, trás implicações como redução das exportações de alimentos, do turismo, do desenvolvimento econômico, tanto em países desenvolvidos, como em desenvolvimento. Sendo assim, a oferta de alimentos seguros, beneficia estes setores e estabelece a segurança dos consumidores, para a sua melhor nutrição e para o desenvolvimento sustentável dessas populações (OMS, 2016 e 2017).

A segurança alimentar, na perspectiva da qualidade, fundamenta-se na certificação do cliente em adquirir alimentos com características e qualidades nutricionais e sanitárias pertinentes aos seus critérios, ou seja, alimentos de qualidade adequada, com ausência de

contaminação e alterações de natureza física, química e biológica que possam expor o consumidor a complicações de saúde (PESSANHA, 1998).

Para assegurar a qualidade de produção alimentar e a oferta de alimentos seguros, a Vigilância Sanitária (VISA) pode ser considerada um importante órgão. Teoricamente, de acordo com que é estabelecido pela Lei Orgânica da Saúde (8.080/1990 art 6º): XI §1º - A vigilância sanitária é definida como um “conjunto de ações capaz de eliminar, diminuir, ou prevenir riscos à saúde e de intervir nos problemas sanitários decorrentes do meio ambiente, da produção e circulação de bens e da prestação de serviços de interesse da saúde”, ou seja, sua função principal é garantir segurança e qualidade de produtos em livre circulação e de serviços utilizados pela população (ASENSI, 2015).

Deste modo, a normatização sanitária ocorre através da junção do conhecimento técnico multidisciplinar e do cenário político, a qual deve ser articulada com interesses diversos, às vezes, divergentes, com os fatores ligados aos benefícios à saúde coletiva, mas, que apresente com objetivo principal ser um dos veículos de políticas públicas voltadas à prevenção de riscos e promoção de saúde (FIGUEIREDO, RECINE e MONTEIRO, 2017).

Vários profissionais podem executar atividades ligadas a VISA, incluindo os nutricionistas. De acordo com Perrenoud (1999), o termo “competência” é polissêmico e sua proposição no campo de trabalho é controversa. De forma geral, este conceito reflete uma capacidade de agir de modo eficaz em um determinado tipo de situação, apoiada em conhecimentos, mas sem limitar-se a eles. Neste setor, diversas competências estão atreladas a atuação profissional nutricionista. No segmento da VISA, estas atribuições estão descritas na Resolução do Conselho Federal de Nutrição Nº 600, de 25 de fevereiro de 2018, no Anexo III, no Capítulo IV (BRASIL, 2018).

Dentre as principais atividades, destaca-se a de: realizar inspeções sanitárias, cumprindo os procedimentos e normas legais específicas, elaborar relatórios e pareceres de inspeções sanitárias; Promover e participar de programas de ações educativas na área de Vigilância em Saúde; Participar de programas de controle de qualidade executados pela Vigilância Sanitária; Participar de comissões técnicas e/ou grupos de trabalhos intersetoriais e interinstitucionais de interface com a atuação da VISA; Elaborar relatórios técnicos de não conformidades e respectivas ações corretivas, impeditivas da boa prática profissional e que coloquem em risco a saúde humana, encaminhando-os ao superior hierárquico e às autoridades competentes, quando couber, dentre outras (BRASIL, 2018).

Emprega-se como sistemas de controle efetivo de processos de trabalho com alimentos, as Boas Práticas de Fabricação (BPF) e Análise de Perigo e Pontos Críticos de Controle (APPCC), cujos conceitos e determinação de aplicação na prática, estão descritos na Portaria nº 1428 de 26/11/93, sendo considerados como instrumentos relevantes neste contexto (BRASIL, 1993). A legislação sanitária federal regulamenta essas medidas em caráter integral, propício a todo o tipo de indústria de alimentos e serviços de alimentação, e também exclusivo, voltadas às indústrias que processam determinadas categorias de alimentos.

As BPF são um instrumento composto por normativas padronizadas para alcançar uma identificação de qualidade de um produto e/ou serviço no setor alimentício, cuja eficácia é medida por meio de inspeção e/ou averiguação. São uma série de princípios, regras e procedimentos que administram o correto manuseio dos alimentos, compreendendo desde a matéria-prima até o produto final. (SILVA JÚNIOR, 2005).

Procedimento Operacional Padrão (POP) é componente de um manual de procedimentos que um estabelecimento, tendo como base, pode expandir de forma a retratar adequadamente, uma função ou exercício para segurança da padronização de suas atividades e assim garantirem a seus usufruidores, um serviço ou produto livre de condições indesejáveis na sua qualidade final. (DUARTE, 2005).

Inúmeros problemas ainda existem no campo da VISA, porém, uma atuação efetiva de profissionais da nutrição, que possibilite investigar, identificar e promover ações corretivas nessa esfera pode influenciar positivamente nas melhorias da qualidade dos alimentos e na segurança alimentar do consumidor.

3.3 Nutricionista/Gestão em Programas de Alimentação e Nutrição

As políticas e programas relacionados à alimentação e nutrição no Brasil tiveram início no século 30, quando se iniciou a discussão quanto à alimentação como direito humano. Durante quase 90 anos, muito foi discutido e analisado sobre a garantia de uma alimentação saudável e adequada para todos, ganhando ainda mais êxito a partir da consolidação do SUS na década de 80, onde a Lei orgânica de Saúde trouxe vigilância nutricional e a orientação alimentar como um campo de atuação do SUS (TOLOZA, 2003). No âmbito dos programas e políticas de alimentação e nutrição no país, a presença do profissional nutricionista torna-se fundamental para a promoção, prevenção e manutenção da saúde da população, além disso, estes profissionais realizam o diagnóstico sociocultural,

fisiológico e de disponibilidade alimentar, para implementação de orientações necessárias, adequando-as para cada grupo populacional (RASBRAN, 2013).

Dentre os programas e políticas pode-se destacar a Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; o Programa Nacional de Alimentação do Escolar (PNAE), Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (PRONAN), Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) e o Programa de Abastecimento de Alimentos Básicos (PROAB), programas estes que o nutricionista está inserido em uma equipe de atuação. Para tanto, o profissional deve estar preparado para pautar suas ações em consonância com as diretrizes das políticas públicas de saúde, e como gestor de saúde garantir o exercício do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). O nutricionista pode então atuar como Responsável Técnico (RT) desses programas e a atribuição é concedida pelo CRN ao nutricionista habilitado, que assume o compromisso profissional e legal na execução de suas atividades, compatível com a formação e os princípios éticos da profissão, visando à qualidade dos serviços prestados à sociedade (PETRY, 1993; BRASIL, 2005).

Dentre os principais programas e políticas, a PNAN tem como propósito a melhoria das condições de alimentação, nutrição e saúde da população brasileira, mediante a promoção de práticas alimentares adequadas e saudáveis, a vigilância alimentar e nutricional, a prevenção e o cuidado integral dos agravos relacionados à alimentação e nutrição (BRASIL, 2003). O objetivo geral da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) é assegurar o direito humano a alimentação adequada a todos os habitantes do território brasileiro, promovendo a soberania e a segurança alimentar e nutricional, de modo que tenham acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que levem em consideração a diversidade cultural e que seja ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentável (CONSEA, 2009). O PNAE vem como uma importante ferramenta na prevenção e promoção de saúde de crianças e adolescentes estudantes de todo o país, sendo o nutricionista o profissional habilitado para atuar como RT assumindo as atividades de planejamento, coordenação, direção, supervisão e avaliação de todas as ações de alimentação e nutrição no âmbito da alimentação escolar, sendo o cardápio escolar um instrumento que assegura a oferta de uma alimentação saudável e adequada aos alunos durante o período letivo

(BRASIL, 2017). Tendo em vista a saúde do trabalhador a atuação do nutricionista, o PAT tem por compromisso a adequada realização das atividades nutricionais do Programa, visando à promoção da alimentação saudável desta classe.

A presença do profissional nutricionista em diversos programas e políticas faz-se necessário, visto que o profissional é o único habilitado para atuar na alimentação e nutrição da população, contribuindo para a promoção, prevenção e manutenção da saúde, o que dessa forma pode colaborar para a mudança da situação epidemiológica atual do país, que se destaca hoje pelo grande número de DCNT (GEUS et al., 2011).

3.4 Nutricionista/Estratégia Saúde da Família (ESF)

Enfatiza-se que, a partir de meados da década de 70, o Brasil passou por importantes transformações no cenário de saúde/doença. Algumas mudanças na dieta, como também no estilo de vida e nas condições socioeconômicas, repercutem negativamente na saúde populacional do país, de tal forma que em detrimento das conquistas significativas no declínio da desnutrição, há um crescimento de outros problemas nutricionais, como o aumento progressivo do sobrepeso, obesidade e Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT), o que basicamente caracteriza a transição alimentar e nutricional que o Brasil vivencia (SOUZA, 2010; JAIME et al., 2018).

Nessa perspectiva, destaca-se a necessidade da ampliação de programas e ações no combate dos agravos nutricionais atuais. Coutinho et al. (2008), indicam que a Atenção Básica (AB) é o cenário ideal para estas intervenções, sendo planejadas a partir da caracterização do perfil epidemiológico da comunidade atendida, uma vez que, socializar o conhecimento sobre os alimentos e promover a segurança alimentar e nutricional, torna-se primordial à população.

Em 1994, surgiu no Brasil o Programa de Saúde da Família (PSF) como uma estratégia de reorientação do modelo assistencial em saúde, a partir da implantação de equipes multiprofissionais na AB. Atualmente, esse programa é denominado Estratégia Saúde da Família (ESF), o qual inclui o enfoque da família em seu ambiente físico e social. O nutricionista passou a ser um componente ativo da AB a partir da reformulação desse programa o qual, implantou o NASF (Núcleo Ampliado de Saúde da Família). A presença desse profissional na AB é fortalecida devido a necessidade de qualificação de ações de atenção nutricional, que configuram a Política Nacional de Alimentação e Nutrição - PNaN (BORELLI et al., 2015).

Assim, neste âmbito o nutricionista atua sinergicamente com a equipe multiprofissional do NASF e ESF, objetivando promover ações integrativas e intersetoriais de educação em saúde e nutrição além de realizar o desenvolvimento de planos terapêuticos para DCNT e programas que combatam as carências nutricionais e estimulem à mudança do estilo de vida. Essas ações visam à ampliação da qualidade dos planos de intervenção e evidencia que a inserção do nutricionista na AB, pode melhorar significativamente a resolutividade da prestação de serviços de saúde à população (BRASIL, 2009; BORELLI et al., 2015).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento de ações de alimentação e nutrição no campo da saúde pública é imprescindível e deve ser incentivado pelos gestores, uma vez que, é importante articular ações que visem à prevenção e promoção da saúde, o que influencia diretamente no quadro epidemiológico atual. Promover o fortalecimento dessas ações no âmbito da saúde pública é uma forma menos onerosa e mais eficiente da prevenção do aumento da incidência de casos de obesidade e doenças associadas a uma alimentação inadequada, tendo em vista que, as complicações decorrentes desses casos ocasionam uma maior demanda nos serviços de saúde de média e alta complexidade, além disso, estes problemas apresentam maior dificuldade quanto à resolutividade e acarretam elevados gastos públicos.

REFERÊNCIAS

- ASENSI, F. **Sistema Único de Saúde Lei 8.080/1990 e Legislação Correlata**. Leya, 2015.
- BATISTA FILHO, M.; RISSIN, A. A transição nutricional no Brasil: tendências regionais e temporais. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 19, p. 181-191, Suplemento 1, 2003.
- BORELLI, M.; DOMENE, S. M. Á., MAIS, L. A., PAVAN, J.; TADDEI, J.A.D.A.C. A inserção do nutricionista na Atenção Básica: uma proposta para o matriciamento da atenção nutricional. **Ciência e Saúde Coletiva**, v.20, n.9, p.2765-2778, 2015.
- BRASIL. Conselho Federal de Nutricionistas. **Resolução CFN nº 380/2005**. Dispõe sobre a definição das áreas de atuação do nutricionista e suas atribuições, estabelece parâmetros numéricos de referência por área de atuação e dá outras providências. Brasília, 2005.
- BRASIL. **Gestão Municipal das Políticas de Alimentação e Nutrição e de Promoção da Saúde na Atenção Básica, Ministério da saúde**, 38p, 2017.

BRASIL. Conselho Federal de Nutricionistas. **O papel do nutricionista na atenção primária à saúde**. Brasília, DF, 2008.

BRASIL. Conselho Federal de Nutricionistas. **Resolução CFN Nº 600**, de 25 de fevereiro de 2018. Brasília, DF, 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde (MS). **Matriz de ações de alimentação e nutrição na atenção básica de saúde**. Brasília: MS, 2009.

BRASIL. **Ministério da Saúde. Política nacional de alimentação e nutrição**. 2ª ed. Brasília: Ministério da Saúde; 2003.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria n. 687**, de 30 de março de 2006. Aprova a Política Nacional de Promoção da Saúde. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 31 mar. Seção 1, p. 138, 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância Sanitária. **Portaria da SVS/MS n. 1428**, de 26 de novembro de 1993. Regulamento técnico para inspeção sanitária de alimentos Cod. -100 a 001.0001. Diretrizes para estabelecimento de Boas Práticas de Produção e de Prestação de Serviços na Área de Alimentos. Regulamento técnico para o Estabelecimento de Padrão de Identidade e Qualidade – (PIQs) para Serviços e Produtos na área de. Diário Oficial da União, Brasília, DF, s/d, 1993.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Sistema Único de Saúde (SUS): estrutura, princípios e como funciona**. Brasília: Ministério da Saúde, 2019. Disponível em: <<http://www.saude.gov.br/sistema-unico-de-saude>>.

CESSE, E.Â.P. **Epidemiologia e determinantes sociais das doenças crônicas não transmissíveis no Brasil**. 296f. 2007. Tese (Doutorado em Ciências), 2007.

CONSEA (Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional). **Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - Proposições do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional para sua elaboração**. Documento Aprovado na Plenária do CONSEA de 12 de agosto de 2009, 2009. Acesso em 03 de junho de 2019. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/consea/eventos/plenarias/documentos/2009/proposicoes-do-conselho-nacional-de-seguranca-alimentar-e-nutricional-para-elaboracao-da-politica-nacional-de-seguranca-alimentar-e-nutricional-08.2009>>.

COUTINHO, J. G.; CHAVES, P. G.; TORAL, N. A desnutrição e obesidade no Brasil: o enfrentamento com base na agenda única da nutrição. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 24, Suplemento 2, p. 332-340, 2008.

DUARTE, R.L. Procedimento Operacional Padrão – A importância de se padronizar tarefas nas BPLC. **Curso de BPLC – Belém-PA**, 8p, 2005.

FIGUEIREDO, A.V.A.; RECINE, E.; MONTEIRO, R. Regulação dos riscos dos alimentos: as tensões da Vigilância Sanitária no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, p. 2353-2366, 2017.

GEUS, L. M. M.; MACIEL, C. S.; BURDA, I. C. A.; DAROS, S. J.; BATISTEL, S.; MARTINS, T. C. A.; FERREIRA, V. A.; DITTERICH, R. G. A importância na inserção do nutricionista na Estratégia Saúde da Família. **Ciência e Saúde Coletiva**, n. 16, v. 1, p. 797-804, 2011.

JAIME, P. C.; DELMUÊ, D. C. C.; CAMPELLO, T.; SILVA, D. O.; SANTOS, L. M. P. Um olhar sobre a agenda de alimentação e nutrição nos trinta anos do Sistema Único de Saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 6, p.1829-1836, jun. 2018.

MOREIRA, S.A. Alimentação e comensalidade: aspectos históricos e antropológicos. **Ciência e Cultura**, v. 62, n. 4, p. 23-26, 2010.

OMS (Organização Mundial de Saúde). **10 Facts on food safety**, 2016. Acesso em 31 de julho de 2019. Disponível em: <http://www.who.int/features/factfiles/food_safety/en/>.

OMS (Organização Mundial de Saúde). **Food Safety, Key Facts**, 2017. Acesso em 28 de agosto de 2019. Disponível em: <<http://www.who.int/mediacentre/factsheets/fs399/en/>>.

PERRENOUD, P. **Construindo as competências desde a escola**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

PESSANHA, L. **Segurança alimentar como princípio orientador de políticas públicas: implicações e conexões ao caso brasileiro**. 317f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade), Universidade Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998.

PETRY, A.L.G. Aspectos sócio-econômicos e adequação alimentar em áreas periféricas urbanas do Recife. 142f. Dissertação (Mestrado em Economia e Sociologia). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1993.

RASBRAN. **O nutricionista e as políticas públicas**. Revista da Associação Brasileira de Nutrição. São Paulo, SP, Ano 5, n. 1, p. 86-88, ISSN 1983-3164, 2013.

SCHRAMM, J. M. D.A.; OLIVEIRA, A. F. D.; LEITE, I. D. C.; VALENTE, J. G.; GADELHA, Â. M. J.; PORTELA, M. C.; CAMPOS, M. R.. Transição epidemiológica e o estudo de carga de doença no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 9, n. 4, p. 897-908, 2004.

SILVA JÚNIOR, E. A. **Manual de Controle Higiênico Sanitário em Alimentos**. 6. ed. São Paulo: Varela, 2005.

SILVA, J.P.; BAIÃO, M.R.; SANTOS, M.S. Ações de alimentação e nutrição na Atenção Básica. In: ABBADE, Christiane. **Alimentação e Nutrição: contexto político, determinantes e informação em saúde**. Rio de Janeiro, v. 1, p 60- 105. 2013.

SOUZA, E.B. Transição nutricional no Brasil: análise dos principais fatores. **Cadernos UniFOA**, Volta Redonda. v. 5. n. 13. p. 49-53, 2010.

TADDEI, J. A.; LANG, R. M. F.; SILVA, G. L.; DE AGUIAR TOLONI, M. H. **Nutrição em saúde pública**. Editora Rubio, 2011.

TARDIDO, A.P.; FALCÃO, M.C. O impacto da modernização na transição nutricional e obesidade. **Revista brasileira de nutrição clínica**, v. 21, n. 2, p. 117-24, 2006.

TOLOZA, D.C. **Nutricionista: um histórico da profissão até os dias atuais**. 68f. Monografia (Especialista em Qualidade dos Alimentos), Centro de Excelência em Turismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2003.